

EFEITOS DE SENTIDO SOBRE O ENUNCIADO “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Amanda Vanele Prates Domingues^{1*}, Edvania Gomes da Silva²

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UESB

2. Doutora em Linguística pela Unicamp e Professora Titular dos Programas de Pós-Graduação em Linguística e em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB / Orientadora

Resumo:

Neste trabalho, analisamos os efeitos de sentido materializados no/pelo enunciado “ideologia de gênero”, quando este emergiu durante a elaboração e votação do Plano Nacional de Educação (PNE) e, subseqüentemente, dos Planos Estaduais e Planos Municipais de Educação (PEE e PME, respectivamente). Trata-se, mais especificamente, de verificar o funcionamento do referido enunciado nos debates sobre a inclusão ou retirada de termos como “gênero” e “sexualidade” mencionados em tais documentos.

Para tanto, analisamos trechos de materialidades linguísticas coletados de alguns *blogs* e *sites* que comentam tanto o PNE quanto os PEE e PME. Nosso aporte teórico-metodológico ancora-se, sobretudo, na Escola Francesa de Análise de Discurso (AD), iniciada por Michel Pêcheux (2014a [1969], 2014b [1975], 2015 [1983]), a partir do qual mobilizamos as noções de posição de sujeito e de efeito de sentido.

Os resultados indicam que o enunciado “ideologia de gênero”, quando emerge nas discussões sobre os PNE, PEE e PME, adquire diferentes efeitos de sentido, os quais se relacionam com as posições de sujeito que os sustentam.

Palavras-chave: análise de discurso; plano nacional de educação; deslizamento de sentido.

Apoio financeiro: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução:

Em 2014, vimos emergir, no período que compreende a elaboração e a votação do Plano Nacional de Educação e, subseqüentemente, dos Planos Estaduais e Planos Municipais de Educação, debates sobre a inclusão ou retirada de termos como “gênero” e “sexualidade” mencionados em tais documentos. O embate estendeu-se das plenárias à mídia digital, mobilizando discussões que puderam ser organizadas em duas linhas de interpretação concorrentes: i) de um lado, grupos que defendiam a retirada ou a não inclusão de termos como “gênero” e “sexualidade” nos documentos; e ii) de outro, grupos que prezavam pela permanência ou inclusão desses termos nos referidos documentos.

Nos comentários e discussões sobre a retirada, ou a manutenção dos termos, nos planos, a expressão “ideologia de gênero” é bastante recorrente. Ela é enunciada dos dois lados, seja para afirmar a existência de um provável e emergente processo doutrinatório de questões relacionadas a gênero e à sexualidade, seja para negar a existência de algo que poderia ser nomeado como “ideologia de gênero”.

Nesta perspectiva, buscamos, neste trabalho, analisar os efeitos de sentido materializado acerca do enunciado “ideologia de gênero”, quando este é usado nos debates que circulam em torno da criação e da votação dos PNE, PEE e PME. Vale salientar que o presente trabalho vincula-se a um projeto mais amplo, que visa analisar o funcionamento do texto da Lei do PNE (Lei nº 13.005/14) como um acontecimento discursivo, na sua relação com outros textos que o comentam.

Metodologia:

Tendo em vista os objetivos traçados e o *corpus* selecionado, ancoramo-nos no aporte teórico-metodológico da Escola Francesa de Análise de Discurso, a partir do qual operamos com as noções de efeito de sentido, ou discurso, e de posição de sujeito, mobilizando, para tanto, a relação entre descrição e interpretação, segundo o que propõe Pêcheux (2015 [1983]). Para o autor, os efeitos de sentido são produzidos na relação entre língua – passiva a falhas, a deslizamentos e a equívocos – e história, pensada em articulação com a ideologia.

Ainda de acordo com Pêcheux (2014b [1975]), os sentidos de uma palavra, de uma proposição ou de uma expressão não podem ser considerados evidentes, pois tais sentidos estão relacionados tanto às condições de produção, quanto às posições ideológicas, uma vez que, ainda segundo o autor, os enunciados “*mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (PÊCHEUX, 2014b [1975], p. 146-147) (grifos do autor).

A construção deste trabalho seguiu os seguintes passos: i) levantamento bibliográfico acerca dos conceitos operacionais utilizados: efeitos de sentido e posição de sujeito; ii) coleta, catalogação e seleção dos dados; e iii) análise e discussão dos resultados.

Importante salientar que, além do dispositivo teórico-metodológico da AD, recorreremos, nas análises, ao paradigma indiciário, proposto por Ginzburg (1989), para o qual dados aparentemente sem relevância são considerados indícios que apontam para certo funcionamento discursivo. Tal procedimento metodológico nos permite, ainda, analisar não somente as regularidades da língua, mas também as formas por meio das quais tais regularidades se “estilhaçam no equívoco” (PÊCHUEX, 2014b [1978]), possibilitando interpretações outras.

Resultados e Discussão:

Considerando que efeitos de sentido são produzidos na relação entre língua e história e que estão suscetíveis a deslizamentos, apresentamos, abaixo, um excerto cuja linha de interpretação é a defesa da retirada de termos relacionados a gênero e a sexualidade:

(01) **Aceitar a ideologia de gênero seria discriminar também as mulheres, no direito humano delas serem mães**, pois tal ideologia – como afirma Francisco Javier Errázuris Ossa – “aprofunda tal discriminação, restringindo a missão da mulher na família e na sociedade e discriminando os filhos, os casais e a família do qual fazem parte” (*Combatendo a ideologia de gênero*, 15 de novembro de 2014 – grifos nossos).

Em (01), é possível perceber que o que se convencionou chamar de **ideologia de gênero** provoca, de acordo com o texto, discriminações, sobretudo em relação à mulher. Na formulação destacada, essa discriminação refere-se, mais especificamente, ao direito à maternidade. Dessa forma, concordar com a **ideologia de gênero**, inserindo-a em documentos oficiais que tratam da educação formal, como o PNE, por exemplo, seria, além de outros fatores – o que se justifica pelo uso da partícula adverbial **também** –, algo que supostamente ameaçaria os direitos das mulheres. Verificamos, portanto, que o efeito de sentido produzido sobre o enunciado **ideologia de gênero** é o de que este fenômeno é perigoso e ameaçador aos direitos da mulher e aos da família, argumento que fortalece a posição de sujeito que adere ao movimento de retirada dos termos **gênero** e **sexualidade** dos documentos oficiais de educação.

Por outro lado, em (02), apresentamos um excerto que classificamos como pertencente à linha de interpretação que defende a inclusão ou a não retirada dos termos em questão. Vejamos:

(02) **Ao contrário de “ideologias” ou “doutrinas” sustentadas pela fundamentação de crenças ou fé, o conceito de gênero está baseado em parâmetros científicos de produção de saberes sobre o mundo**. Gênero, enquanto um conceito, identifica processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino. [...] é, nesse sentido, **que o conceito de gênero tem sido historicamente útil para que muitas pesquisas consigam identificar mecanismos de reprodução de desigualdades no contexto escolar** (*Portal Aprendiziz*, 25 de junho de 2015 – grifos nossos).

Na formulação acima, diferentemente de (01), verificamos a adesão ao movimento de inclusão ou permanência das questões relacionadas a gênero e sexualidade no PNE. Neste excerto, **ideologia** e **gênero** são apresentados como conceitos distintos: enquanto o primeiro é apresentada como paráfrase de **doutrina**, o que remete a efeitos de sentido vinculados ao campo religioso; o segundo (gênero), por sua vez, é apresentado como um conceito que remete ao campo científico, pois, de acordo com o que se encontra materializado no excerto, o gênero permite mapear as relações entre homem e mulher e, conseqüentemente, explicar o que se entende como masculino e feminino, sendo, portanto, um mecanismo importante na identificação de possíveis facilitadores de desigualdades dentro dos espaços escolares.

Sendo assim, nesse último caso, o efeito de sentido produzido é de que não há relação entre **ideologia** e **gênero**, o que indica que a expressão **ideologia de gênero**, é, portanto, inadequada para designar o que está sendo feito quando da inclusão de questões relacionadas a gênero e sexualidade em documentos do campo educacional.

Dessa forma, o efeito de sentido desse enunciado difere do efeito do enunciado anterior, pois a posição de sujeito materializada em (02) marca-se por um efeito de descrença em relação à própria existência da expressão **ideologia de gênero**.

Ainda em relação aos efeitos de sentido que emergem nos textos que tratam da existência ou não de algo que pode ser nomeado como ideologia de gênero, vejamos, abaixo, um último excerto:

(03) Críticas de setores conservadores e fundamentalistas têm denunciado **a tal “ideologia de gênero”, defendida pelo PNE quando este assume um compromisso com a “igualdade”** (*Ensaio de Gênero*, 12 de abril de 2014 – grifos nossos).

Em (03), vemos que **ideologia de gênero** é apresentada entre aspas e precedida da expressão **a tal**. Tanto as aspas quanto a expressão **a tal** funcionam como marcas metadiscursivas que indicam uma inadequação da expressão **ideologia de gênero** com relação ao que ela designa. Isso mostra que a posição de sujeito materializada nesse último excerto coaduna com a do excerto (2) e polemiza com a do excerto (1), pois tanto em (2) quanto em (3) **ideologia de gênero** é uma expressão inadequada para explicar o que ocorre quando houve a tentativa de inclusão nos PNE, PEE e PME de termos como **gênero** e **sexualidade**. Ademais, em (3), além da negação da existência da expressão **ideologia de gênero**, há um deslizamento de sentido que indica que aquilo que é designado, pela posição de sujeito contrária às modificações nos planos de educação,

como sendo ideologia de gênero é, para a posição de sujeito materializada em (3), **igualdade**. Contudo, para negar a existência da ideologia de gênero, o enunciador recorre a uma memória segundo a qual existiria ideologia de gênero, mesmo que esta seja marcada, metadiscursivamente, pelas aspas e precedida pela expressão **a tal**. Dessa forma, vemos que, conforme defende Pêcheux (2015 [1983]), os sentidos não são fixos e imutáveis, pois dependem tanto das posições de sujeito que os sustentam quanto das condições de produção sob as quais os textos, nos quais esses sentidos se materializam, foram produzidos.

Conclusões:

As análises mostraram que o enunciado **ideologia de gênero**, quando emerge nas discussões sobre os PNE, PEE e PME, adquire diferentes efeitos de sentido, os quais se relacionam com as posições de sujeito que os sustentam. Neste caso, identificamos, no *corpus* selecionado, por um lado, efeitos de sentido que afirmam a existência da ideologia de gênero, vista, nesse caso, como algo que “aprofunda a discriminação” e, portanto, como algo negativo. E, por outro lado, vimos também a emergência de discursos que negam a existência da expressão **ideologia de gênero**, afirmando que o que é chamado de **ideologia de gênero** é, na verdade, uma forma de promover a **igualdade**.

Com isso, verificamos que, como afirma Pêcheux (2014a [1969]), o sentido é sempre um efeito, que está relacionado a um lugar social, marcado pela posição de sujeito; mesmo que tal lugar não possa ser visto como fechado sobre si mesmo, pois, como visto no último exemplo, para negar a existência da ideologia de gênero é preciso recorrer a uma memória segundo a qual existe ideologia de gênero, mesmo que esta seja marcada, metadiscursivamente, pelas aspas e precedida pela expressão **a tal**, que funcionam como marcas de distanciamento do enunciador em relação ao que está sendo dito.

Referências bibliográficas:

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

NERY, H. R. Brasil diz não retumbante à ideologia de gênero. **Combatendo a Ideologia de Gênero**, nov. 2014. Disponível em: < <http://combatendoaideologiadegenero.blogspot.com.br/2014/11/brasil-diz-nao-retumbante-ideologia-de.html>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

NOGUEIRA, P. R. Por que a educação deve discutir gênero e sexualidade? Listamos 7 razões. **Portal Aprendiz**, jun. 2015. Seção Aprender na Cidade. Disponível em: < <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/06/25/por-que-a-educacao-deve-discutir-genero-e-sexualidade-listamos-7-razoes/>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK. T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a. p. 69-158. Edição original: 1969.

_____. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Pucinelli Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015. Edição original: 1983.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b. Edição original: 1975.

SENKEVICS, A. PNE e a “ideologia de gênero”. **Ensaio de gênero**, abr. 2014. Disponível em: < <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2014/04/12/pne-e-a-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 2 jun. 2017.